

EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL NAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE LAGES / SANTA CATARINA

Rafael Alexandre Pimentel¹

Prof. Camila Hugen²

Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI
Licenciatura em Ciências Biológicas (BID 0145) – Estágio I
23/10/2012

RESUMO

Importante instrumento de vinculação entre a teoria e a prática, o Estágio Curricular Supervisionado representa o momento da formação em que o licenciando consolidará as competências exigidas na atividade pedagógica. Nesta perspectiva, o estudo da Educação Ambiental (EA) desenvolvida no âmbito escolar proporciona ao futuro professor o primeiro contato com as atividades da docência. O objetivo deste trabalho busca verificar a inserção da EA na Escola de Educação Básica Municipal Lupércio de Oliveira Koeche, com sede no município de Lages / SC. O espaço escolar torna-se fundamental na elaboração de uma proposta de EA, como ferramenta de mudança nas relações do homem com o ambiente. Na escola alvo da pesquisa, foi aplicado um questionário a quatro educadores atuantes, versando sobre formação profissional e temática ambiental, bem como foi realizado o levantamento observacional da instituição no tocante à estrutura física, funcional e pedagógica. O presente Estágio Curricular Supervisionado possibilitou a compreensão da realidade escolar, permitindo o cumprimento das atividades de observação e do contato direto com o professor, por meio das entrevistas. Verificou-se ainda que a dimensão ambiental desenvolve-se de maneira interdisciplinar no universo escolar, consolidando a prática ambiental de forma transversal.

Palavras-chave: Estágio Curricular. Educação Ambiental. Escola.

1 INTRODUÇÃO

O Estágio Curricular Supervisionado, com todo arcabouço teórico adquirido ao longo da formação acadêmica, torna-se um importante instrumento que vincula a teoria à prática docente. Constitui-se em um espaço de construção do fazer profissional do futuro professor, pois, segundo Santos (2005), o licenciando assume uma postura reflexiva com relação à realidade escolar,

estando aberto a mudanças, objetivando o crescimento pessoal e profissional.

O estágio é uma atividade obrigatória, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), definindo que todo curso de licenciatura deve oferecê-lo para a formação de professores que poderão atuar na rede de ensino pública ou privada do país. Cabe a cada Instituição

1-Acadêmico do Curso de Ciências Biológicas- Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI- Turma BID0145- Lages- SC- Pólo FAMELAGES.

2- Professor-Tutor Externo do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI- Turma BID0145- Lages- SC- Pólo FAMELAGES.

de Ensino Superior estruturar essa atividade obrigatória, sempre seguindo critérios gerais definidos pela legislação específica e demais normas relativas emitidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Deste modo, a prática supervisionada torna-se fundamental, pois demonstra ao futuro professor que as teorias estudadas no curso de formação não são por si só suficientes para o pleno exercício da docência. Nesta senda, o estudo da Educação Ambiental (EA) desenvolvida no ambiente escolar, proporciona o primeiro contato do futuro educador com a atividade de docência.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL

Vivemos em uma sociedade de desigualdades, emergindo em nosso cotidiano um sentimento de transformação, em busca da superação das injustiças. Escapando muitas vezes a nossa percepção, as ações que realizamos hoje podem atingir não só a vida de quem as produz, mas a de outras pessoas, espécies e até gerações.

A preocupação com o surgimento de inúmeros problemas ambientais ligados à utilização dos recursos naturais e à produção de resíduos mobilizou a sociedade na busca de soluções e mudanças. Desta forma, o ambiente escolar se torna fundamental na elaboração de uma proposta de EA, como ferramenta de mudança nas relações do homem com o ambiente.

O principal instrumento da EA se fundamenta nas ações desenvolvidas em prol do meio ambiente, buscando a reflexão a respeito da conservação para as futuras gerações. Justamente nesta questão, a função dos educadores se torna estratégica, pois, como mediadores do conhecimento, levam ao questionamento sobre as complexas relações existentes na natureza (OLIVEIRA, 2000).

Em uma análise em torno da problemática ambiental, Leff (2001)

discorre sobre a impossibilidade de resolver os complexos e crescentes problemas ambientais sem que ocorra uma mudança radical nos sistemas de conhecimento. Focada nesta perspectiva, no ano de 1999, é editada a Lei nº 9.795, que dispõe sobre EA, institui a Política Nacional de EA e dá outras providências, muito embora a própria Constituição Federal de 1988, no seu art. 225, § 1, inciso VI, assegure o direito à EA a todos os cidadãos, como um componente essencial para a qualidade de vida.

Dessa forma, o papel da escola, de acordo com Morin (2000), é ser um agente de divulgação dos princípios da EA e da sustentabilidade, e deve fazê-lo de forma transversal, sistemática e interdisciplinar, atuando nos currículos das diversas disciplinas e atividades escolares. Portanto, a escola deve agir de forma a integrar todas as disciplinas do currículo, auxiliando o educando na percepção de uma visão integral de mundo.

Nesta conjuntura, o educador se torna um dos elementos fundamentais no processo de conscientização da sociedade, pois, em sua ação na sala de aula, este pode provocar nos educandos hábitos e atitudes saudáveis de conservação ambiental e respeito à natureza, ouvindo, compreendendo, problematizando a partir da realidade, promovendo debates em grupo e principalmente não dando respostas prontas, permitindo que sejam construídos questionamentos próprios.

3 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo consiste em verificar a inserção da EA na Escola de Educação Básica Municipal Lupércio de Oliveira Koeche, com sede no município de Lages / SC.

Foram observados no funcionamento da escola e no respectivo Projeto Político-Pedagógico (PPP), os itens relacionados a seguir.

O espaço físico da Escola de Educação Básica Municipal Lupércio de Oliveira Koeche compreende uma área ampla, com salas bem organizadas e de dimensões compatíveis com as atividades desenvolvidas pelo educador. Possui uma biblioteca, com acervo considerável, contemplando diferentes faixas etárias, bem como um laboratório de informática, com vários computadores e impressoras. Conta ainda com uma secretaria, uma sala para a direção e outra dos professores, além de dois banheiros.

Sua localização é estratégica, compreendendo uma área populosa da cidade. Possui um pátio central, de uso coletivo no horário de intervalo. A construção data da década de 70, mas passou por reformas e ampliações ao longo dos anos, encontrando-se em boas condições.

Esta escola possui o seguinte quadro de funcionários: um diretor, uma secretária, um auxiliar de direção, dois professores orientadores, dois bibliotecários, vinte e sete professores, três serventes, três merendeiras e um guarda. Dos vinte e sete professores exercendo a docência, somente dois não possuem formação superior.

Estruturado anualmente pela Secretaria Municipal da Educação, o plano de ensino da respectiva escola norteia a prática pedagógica e delinea a ação dos educadores, organizando suas atividades de modo a atingir as metas estabelecidas para as diferentes disciplinas.

O planejamento se constitui em um guia de orientação na concretização dos objetivos que se buscam, tornando-se necessário a quem se preocupa em ter qualidade naquilo que faz. Suas ações atuam não somente nos educandos, mas, de uma forma ou outra, atingem toda a comunidade escolar.

Pelo que estabelece Menegolla e Sant'Anna (2001), planejar o processo educativo é planejar o indefinido, pois os resultados não podem ser totalmente

definidos, como se fosse uma ação puramente mecânica e impensável. Isso demonstra a dinamicidade das ações educativas, o que exige constantes reflexões e ajustamentos acerca da prática.

A Escola de Educação Básica Municipal Lupércio de Oliveira Koeche possui um PPP que define a sua identidade, indicando os caminhos para se ensinar com qualidade. Nesta ótica, a instituição busca formar um homem voltado à construção de uma sociedade justa e digna, onde os direitos dos cidadãos sejam iguais e respeitados.

Embora não houvesse em seu PPP menção específica à educação ambiental, a escola desenvolve ações neste sentido, buscando incorporar em sua rotina tais práticas. O PPP da escola não está pronto, mas em constantes melhorias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em termos gerais, os educadores atuam na docência há 15 anos, possuem formação superior e estão em constante processo de formação continuada. Sabem da necessidade de acompanhar as mudanças pelas quais passa a sociedade, pois estas também influenciam o universo educativo.

As perguntas realizadas aos educadores foram direcionadas a fim de contemplar a inserção da EA em suas escolas, o que sem dúvida alguma se dá pela ação direta de suas práticas pedagógicas e com participação de toda a comunidade escolar, inclusive dos familiares do educandos.

De uma maneira geral, os educadores demonstram dar bastante importância ao tema, abordando-o sempre que possível em suas aulas. Entendem que o educador tem função de mediador na construção do saber ambiental, pois, conforme Tabanez (1998), a educação ambiental proporciona mudanças de valores e aperfeiçoamento de habilidades, estimulando maior interação entre os indivíduos e o meio ambiente.

Todos os profissionais entrevistados afirmaram ter pleno conhecimento da Política Nacional de Educação Ambiental e de sua importância para a conscientização pública na preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. As ações desenvolvidas pelos educadores se tornam uma das formas de levar a educação ambiental à comunidade, constituindo-se em um dos elementos fundamentais neste processo, através da promoção de hábitos e atitudes sadias de conservação ambiental e respeito à natureza.

Os educadores que responderam ao questionário abordam a EA em suas disciplinas, mas de maneira individualizada, sem que ocorra a participação conjunta dos demais profissionais. A produção de materiais é elaborada por cada um, muito embora ocorra a integração em algumas ações, principalmente com relação às atividades de visitação.

Fica bastante claro diante dos questionamentos que a presença da EA na escola se faz de forma transversal, ou seja, não se constitui em uma matéria específica, mas que abrange todo o currículo, buscando constantemente explorar os saberes dos educandos, relacionando suas vidas com os diferentes pontos de vista presentes no ambiente escolar. Através das vivências adquiridas com as saídas de campo, procura-se a inserção da EA, valorizando a interação com a natureza e vivenciando outros contextos de aprendizagem.

Em uma análise sobre a efetividade da EA na escola pesquisada, ficou evidente que eles procuram inserir a temática ambiental no cotidiano escolar. Contudo, percebeu-se que, quando se fala em EA, muitos a relacionam somente com as simples ações de separação e reciclagem dos resíduos, sem compreender a abrangência deste tema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Curricular Supervisionado possibilitou a compreensão da realidade escolar, permitindo o cumprimento das atividades de observação e do contato direto com o professor, por meio das entrevistas. Proporcionou, ainda, a primeira experiência do futuro professor com a docência, efetivando a ligação entre teoria e prática.

Com relação à EA, pode-se constatar que a escola percebe sua importância para a formação do educando. Compreende a dimensão ambiental como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo, numa perspectiva interdisciplinar, inserindo diversas atividades em sua rotina, consolidando a prática ambiental de forma transversal.

Nesta conjuntura, a escola se fortalece como instituição participativa que promove reflexão e mobiliza seus integrantes na construção de um sentimento de inclusão e pertencimento, a fim de prepará-los para o exercício da cidadania. Reafirma-se o papel dos educadores em impulsionar transformações e auxiliar na construção de valores de sustentabilidade ambiental, contribuindo para a compreensão do papel que cada um possui na construção de um planeta equilibrado, para que todas as formas de vida possam cumprir seus ciclos naturalmente, sem intervenção de qualquer espécie.

Verificou-se ainda que a temática ambiental faz parte do cotidiano dos educandos, estando presente nas mais diversas atividades. Inúmeros projetos ambientais são desenvolvidos pela escola, citando-se, por exemplo, a separação dos resíduos sólidos domésticos. Esta ação realizada pelos educandos contribui para a construção do sentimento de pertencimento, demonstrando que cada um pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida da coletividade.

REFERÊNCIAS

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LDB. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961). Ministério da Educação e Cultura – Conselho Federal de Educação. 3. ed. São Paulo, 1962.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que Planejar? Como Planejar?** Currículo e Área-Aula. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, E. M. **Educação ambiental: uma possível abordagem**. 2. ed. Brasília: IBAMA, 2000.

PLANALTO. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 7 out. 2012.

PLANALTO. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei nº 9.795/1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 6 out. 2012.

SANTOS, H. M. dos. **O estágio curricular na formação de professores: diversos olhares**. In: 28ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, GT 8 – Formação de Professores. Caxambu, 2005.

TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental: caminhos trilhados no Brasil**. São Paulo: Ipê, 1998.